


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **4000073-98.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 22/04/2014 16:09:01 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

RODRIGO BARROS propõe ação contra **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** aduzindo que o réu inseriu, indevidamente, seu nome em cadastros de restrição de crédito e que por conta disso, ficou impossibilitado de efetuar operações comerciais. Afirma que desconhece a origem dos contratos que foram negativados. Requereu em sede de antecipação de tutela, a exclusão de seu nome dos cadastros de restrição de crédito e, ao final, a declaração de inexistência dos débitos apontados nos contratos números 20020350843, 20020350821 e 20020324601; a condenação do réu à indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000,00 e a exibição dos contratos. Juntou documentos (fls. 15/36).

A antecipação da tutela foi concedida e ao autor foram deferidos os benefícios da AJ.G. (fls. 37).

Em contestação aduz o réu que se os contratos não existem, o que não é verdade, foram objeto de fraude não lhe sendo imputável nem mesmo a culpa. Afirma a inexistência do ato ilícito indenizável.

A fls. 68, foi determinado ao réu a exibição dos mencionados contratos.

Diversos foram os pedidos de dilação de prazo requeridos pelo réu sem que a determinação fosse atendida.

Houve réplica (fls. 89/94).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A ação é procedente.

Foram três as negativas lançadas pelo réu: (i) 15/07/2013, no valor de R\$ 1.730,56; (ii) 19/07/2013, no valor de R\$ 589,68 e (iii) 21/07/2013, no valor de R\$ 780,40.

Afirma o autor, veementemente, que não contratou com o réu e este não se desincumbiu de provar que os contratos existiram. Limitou-se, tão somente a pedir prazos para a juntada dos documentos contratuais e não o fez até esta data.

Realmente o autor foi negativado pelo réu como comprova o documento de fls. 16, por dívida não reconhecida por ele, de modo que, indubitavelmente, incorreu o réu em ilícito, o que atrai a sua responsabilidade por danos suportados pelo autor em razão da falha na prestação dos serviços (art. 20 c/c art. 6º, VI, CDC).

A respeito dos danos morais, estes decorrem das regras de experiência (art. 335, CPC), uma vez que a inscrição gera abalo ao crédito, com vulneração da honra do consumidor em seu âmbito objetivo. Observe-se que, quando negativado, em julho de 2013, não havia inscrição preexistente (fls. 16), não se aplicando a Súm. 385 do STJ.

Segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a fim de compensar o autor pelos danos extrapatrimoniais suportados bem como desestimular o réu a persistir em ilícitos desta jaze, arbitro a indenização em R\$ 10.000,00.

A respeito dos supostos contratos de financiamento, não havendo nos autos prova da existência destes, tem-se por necessária a declaração de inexistência dos débitos relacionados aos contratos nºs 20020350843, 20020350821 e 20020324601, objeto destes autos, devendo ser acolhido, então, também este pedido.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE esta ação para (i) declarar a inexistência dos débitos apontados pelo réu objeto dos contratos impugnados nestes autos; (ii) confirmar a antecipação da tutela, excluindo-se definitivamente o nome do autor dos cadastros da SERASA e SCPC com referência aos mencionados contratos; (iii) condenar o réu a pagar ao autor indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

presente data (Súm. 362, STJ) e juros moratórios de 1% ao mês desde a primeira negativação em 15/07/2013 (Súm. 54, STJ). CONDENO o réu, ainda, em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 05 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**